

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 09/09/2015 - Edição 1349

Golpe da Embraforte também lesou funcionários



Durante mais de cinco anos, Ricardo Silva*, 42, e Lucas Andrade*, 47, foram funcionários da empresa de transporte de valores Embraforte, em Belo Horizonte. A média de trabalho diária era de 12 a 16 horas. Eles percorriam a cidade para abastecer caixas eletrônicos de bancos em carros-fortes sem ar-condicionado e com problemas mecânicos. Dizem ainda que eram coagidos a fraudar o sistema e a depositar valores menores do que os solicitados pelas instituições bancárias. Quando foram demitidos,

em 2013, saíram sem receber os direitos trabalhistas e ainda “manchados” no mercado de trabalho.

O histórico dos dois é semelhante ao de cerca de 200 profissionais que até hoje aguardam justiça para o caso Embraforte. Na semana passada, um dos sócios da empresa, Pedro Henrique Gonçalves de Vilhena, foi preso pela Polícia Federal (PF). O pai dele, Marcos André Paes de Vilhena, e o irmão Marcos Felipe Gonçalves de Vilhena, permaneciam foragidos até o fechamento desta edição. Os

mandados de prisão partiram de uma investigação de fraude no valor de R\$ 13 milhões contra a Caixa Econômica Federal (CEF) e R\$ 8 milhões em casas lotéricas da capital. Em outro inquérito, eles foram indiciados também por roubar R\$ 22 milhões do Banco do Brasil.

Mas os prejuízos pelos golpes não atingiram só instituições financeiras. De acordo com o Sindicato dos Empregados nas Empresas de Transportes de Valores de Minas Gerais (Sintrav-MG), quando a empresa fechou, entre 2013 e 2014, os funcionários foram demitidos sem receber sequer o salário do mês trabalhado. A rescisão e os direitos trabalhistas, como horas-extras e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), também ficaram pendentes. “As consequências foram muito além do financeiro, e algumas nunca serão reparadas, como problemas psicológicos, nome sujo no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC), separações familiares por questão financeira”, pontuou o presidente do Sintrav, Emanuel Sadir.

Segundo Ricardo Silva, era comum que os funcionários entrassem às 6h30 no trabalho e saíssem às 22h. Meses antes da demissão, em outubro de 2013, ele disse que recebeu ordens para abastecer os caixas bancários com valores inferiores aos registrados no sistema. “Em vez dos R\$ 200 mil, mandavam a gente colocar R\$ 40 mil, e diziam que o banco sabia”, relatou. Quando a fraude estourou, os vigilantes foram demitidos e também passaram a ser vistos como suspeitos no mercado. “Nós fomos os mais lesados. Passamos o Natal sem comer nada e meses sem conseguir emprego”, contou Lucas Andrade.

Em 2014, o sindicato conseguiu bloquear na Justiça parte dos bens dos donos da Embraforte – R\$ 1,3 milhão – que foi rateada entre os ex-funcionários para o pagamento dos direitos trabalhistas. Silva e Andrade receberam cerca de R\$ 10 mil cada um, mas o valor das causas trabalhistas individuais é maior e varia entre R\$ 40 mil e R\$ 120 mil.

“No nosso setor, trabalhamos com segurança e confiança. A prisão desses bandidos é uma forma de começar a fazer Justiça. Esperamos que eles paguem pelos prejuízos que causaram”, concluiu Sadir.

Saiba mais

Prisões. Pedro Henrique Vilhena seguirá preso em São Paulo. Marcos André Vilhena e Marcos Felipe Vilhena, também sócios, ainda estão foragidos. Os advogados não falaram.

Crimes. Os sócios e dois gerentes respondem por peculato, falsidade ideológica e associação criminosa de forma continuada. Eles podem pegar até 20 anos de prisão.

Escravidão. Em julho do ano passado, O TEMPO mostrou que a Embraforte foi denunciada pelo Ministério Público Federal por trabalho escravo. Entre os problemas citados na ação do MPF, estão casos em que os trabalhadores passavam

mais de oito horas fechados dentro do carro-forte, sem ar-condicionado. Eles eram proibidos até de parar para ir ao banheiro, tendo que urinar em garrafas pet.

Justiça manda apreender bens de sócios

Uma recente decisão da Justiça do Trabalho teria determinado o bloqueio de mais R\$ 1,5 milhão dos donos da Embraforte para pagamento da dívida pendente com os funcionários, segundo o advogado do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Transportes de Valores de Minas Gerais (Sintrav-MG), Vinícius Monato. Mas o processo ainda está na fase de apreensão de bens, e, por isso, nenhum trabalhador recebeu sua parte.

“Deveria receber no mínimo R\$ 60 mil da Embraforte, mas, até agora, só recebi R\$ 10 mil”, contou Wellington Menezes*, 44. Ele contou que chegou a passar necessidade financeira com a família quando foi demitido. “Trabalhei seis anos na empresa e saí sem receber nada, nem seguro desemprego. Tinha contas a pagar e compras de comida para fazer. Dependi da ajuda de familiares para sobreviver”, relatou o vigilante, que só conseguiu recolocação no mercado de trabalho depois de nove meses da demissão.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região informou que não consegue saber o andamento deste processo porque há 381 contra a Embraforte.

* Nomes fictícios

Fonte: O Tempo

ENTENDA OS PROCESSOS

	ABERTURA DO INQUÉRITO	VALOR DO GOLPE	RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO
Caixa Econômica Federal (CEF) e lotéricas	Em 2013, pela Polícia Federal	R\$ 21 milhões	Três donos da Embraforte e dois gerentes foram indiciados. Justiça autorizou prisão dos três sócios da empresa
Banco do Brasil	Em 2014, pela Polícia Civil	R\$ 22 milhões	Três donos da Embraforte e um gerente foram indiciados. Inquérito depende agora de denúncia do Ministério Público de MG

O ESQUEMA

CONTRA OS BANCOS

- Os malotes saíam da empresa com montantes inferiores aos declarados nas guias de controle fixadas no pacote
- Quando os vigilantes abriam o malote para colocar o dinheiro nos caixas, percebiam a diferença, porém eram coagidos pela empresa a indicar no sistema bancário que o abastecimento estava sendo realizado com o valor registrado nas guias. Vários funcionários confirmaram o golpe em depoimento à polícia. Os sócios da Embraforte negam o crime

CONTRA AS LOTÉRICAS

- A Embraforte recolhia diariamente malotes nas lotéricas para levar às tesourarias da Caixa Econômica Federal
- Os donos das lotéricas registravam nas guias o valor recolhido pela Embraforte, porém, o dinheiro nem sempre chegava ao destino

» A Embraforte, especializada no transporte de valores, abriu em 2006 e fechou em janeiro de 2014

FONTES: POLÍCIAS CIVIL E FEDERAL

Amenaza de muerte contra dirigente sindical de Prosegur



Ovidio Quiroz, dirigente sindical de Prosegur en Medellín, Colombia.

UNI Global Unión condena en forma contundente las amenazas de muerte contra el dirigente sindical de Prosegur en Medellín, Colombia, Ovidio Quiroz. La esposa de Quiroz recibió una llamada telefónica anónima, con una voz electrónicamente disfrazada, en la que le decían que el cuerpo de su marido le llegaría “hecho picadillo”. UNI Global Union está extremadamente preocupado por la vida e integridad física de Ovidio Quiroz, dirigente de

Sintravalores.

No es la primera vez que Quiroz ha recibido amenazas. En el 2012, un jefe de Prosegur en Medellín acusó formalmente a Quiroz de “terrorista”, lo que le hizo temer por su vida. En Colombia, vincular a una persona con el conflicto armado en el país puede resultar en su asesinato.

En el 2013 y el 2014, Quiroz fue seguido en la calle por desconocidos en motocicleta lo que nuevamente le generó miedo de perder a su vida. En otra oportunidad, una persona desconocida sacó fotos del hijo de Quiroz jugando al fútbol.

Quiroz y siete trabajadores sindicalizados más están siendo demandados por Prosegur por supuestas calumnias que expresaron contra la empresa y sus directivos

en una manifestación. Prosegur está demandando a los trabajadores, que ganan US\$500 por mes, por US\$ 500.000. Cinco de los ocho trabajadores estaban de turno en Prosegur cuando ocurrió la manifestación, y por lo tanto no podían haber incurrido en los supuestos dichos calumniosos.

Personas desconocidas, sin identificación, visitaron las casas de los trabajadores demandados y dijeron que eran de la Fiscalía General de la República, averiguando si tenían US\$ 500.000 en bienes para pagar la demanda de Prosegur. Algunas de estas personas forzaron su ingreso en las casas de los trabajadores.

Fonte: UNI

Futuro diretor da OIT no Brasil se reúne com representantes sindicais

OIT é uma das principais agências multilaterais especializada nas questões do trabalho



Diretor da OIT se reúne com Centrais Sindicais na sede da CUT

O futuro diretor do escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Peter Poschen, discutiu a atual conjuntura política, econômica e social com as principais centrais sindicais do país, nesta terça-feira (08), na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A OIT é uma das principais agências multilaterais da Organização das Nações Unidas, especializada nas questões do trabalho.

Peter ouviu dos representantes sindicais as perspectivas do governo sobre os temas como terceirização,

fator previdenciário, trabalho infantil, ajuste fiscal e direito trabalhista. João Felício, presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI), destacou que o momento que o país atravessa na economia e na política é difícil, mas rechaçou qualquer tipo de golpe por parte dos setores conservadores e da oposição.

“Somos contra o golpe, que é uma cultura que tem ocorrido na América Latina. Quem perdeu a eleição tem que esperar até 2018, e para defender os direitos trabalhistas e a democracia, nós vamos às ruas. A terceirização diminui o poder de compra, o governo cometeu erros e não temos nenhuma simpatia com esse ajuste fiscal.”, enfatizou Felício.

De acordo com o futuro diretor da OIT-Brasil, a expectativa nesse momento é ajudar o país trazendo experiências dos outros continentes. “A perspectiva é poder lidar com esse momento de crise minimizando

as perdas de emprego, evitando retrocesso na distribuição de renda. Deixar o país e as empresas em boas condições para retomar o crescimento e limitar também a flexão e o custo que isso pode gerar”, explica.

O secretário de Relações Internacionais, Antonio Lisboa, afirmou que o Projeto Brasil, apresentando pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, não resolve o problema do fator previdenciário da forma que foi apresentado. Lisboa também chamou atenção aos assassinatos dos indígenas por latifundiários.

“O Estado brasileiro não está dando conta desta situação, vamos tocar essa agenda neste período. Hoje, temos no Brasil um risco de diminuir a idade penal e a alteração do conselho de trabalho análogo à escravidão com essa bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala)”, finaliza.

Fonte: CUT

Empresa é condenada por negligenciar regularização cadastral de empregado no INSS



A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou recurso da Comercial Tapajós Ltda., do Pará, contra decisão que a obrigou a indenizar um motorista que deixou de receber auxílio-doença durante meses porque a empresa informou dados errados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e demorou a resolver o problema. No número de cadastro indicado como sendo do empregado, constava o nome de outro trabalhador.

A empresa, condenada a pagar R\$ 10 mil por danos morais pelo juízo da Vara do Trabalho de Marabá (PA), recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP), que manteve a sentença. Ficou provado que ela prestou informações

equivocadas ao órgão previdenciário e que o trabalhador solicitou providências para a sua regularização cadastral.

O TRT considerou inquestionável o sofrimento causado pela privação do recebimento dos benefícios previdenciários. “O comportamento negligente da empresa e a sua demora em imprimir esforços para corrigir o seu erro, além de provocar sentimento de revolta, frustração e constrangimento, impingiu ao trabalhador condições precárias de sobrevivência”, afirma o acórdão.

Segundo o motorista, a partir de junho de 2013 ele precisou se afastar do trabalho por problemas de saúde. Com o acúmulo de atestados médicos para justificar sucessivas

faltas, a empresa o encaminhou para o INSS, mas, ao se apresentar para realização de perícia, em agosto, foi informado que o número de seu NIT/PIS/PASEP, indicado pela empresa, pertencia a outro trabalhador, e que a empresa deveria retificá-lo para que pudesse pleitear o benefício.

A Tapajós não negou os fatos, mas alegou que a responsabilidade não foi sua, porque por várias vezes tentou entrar em contato com o trabalhador para recebimento da documentação de retificação do PIS, mas não foi atendida. Segundo a empresa, a conduta do trabalhador foi de má-fé, “na medida em que somente agora busca se valer dessa inércia e torpeza para adquirir vantagem indevida”.

Relator do recurso de revista, o ministro José Roberto Freire Pimenta não constatou a violação dos artigos 186 e 927 do Código Civil alegada pela empresa. Ele destacou que, para acolher a argumentação da Tapajós de que a culpa pela irregularidade cadastral no INSS foi do trabalhador seria necessário o revolvimento de todo o conjunto de fatos e provas, o que é vedado ao TST pela Súmula 126.

A decisão foi unânime.
Fonte: TST

**VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS**

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF